

Interpretação dos Interesses e Aspirações do povo Brasileiro. Análise Sociológica

ALCEU AMOROSO LIMA

INTRODUÇÃO

Uma nacionalidade é o conjunto de três elementos essenciais: a terra, o homem e as instituições. A ausência de qualquer deles implica a inexistência de uma nacionalidade. São, ao mesmo tempo, coexistentes e complementares. Atuam reciprocamente uns sobre os outros. Mas se dispõem segundo uma hierarquia de valores. O fator humano é o central, por ser a causa eficiente da nacionalidade. As instituições, segundo as quais se organiza a sua vida social, é uma condição essencial. A terra, como base geográfica, é uma condição instrumental. Da boa harmonia, hierarquicamente disposta, entre os três elementos, depende a qualidade e o desenvolvimento de uma civilização e de uma cultura.

Esse conjunto é atuado por forças positivas e negativas. São de três tipos as de caráter positivo:

- a) de conservação,
- b) de progresso,
- c) de equilíbrio.

As primeiras são de tipo estático. As segundas de tipo dinâmico. As terceiras de tipo orgânico. Como forças positivas devem ser mantidas e estimuladas.

São igualmente de três tipos as de caráter negativo:

- a) de inércia,
- b) de decadência,
- c) de opressão.

Como forças negativas devem ser evitadas preventivamente ou combatidas repressivamente, de modo terapêutico ou cirúrgico. O emprêgo desses três processos de atuar contra as forças sociais negativas obedece também a uma hierarquia de valores. O processo preventivo é superior ao terapêutico e este ao cirúrgico, tanto no plano biológico quanto no plano sociológico.

Procuremos, agora, aplicar esses princípios gerais aos interesses e às aspirações do povo brasileiro.

INTERESSES PERMANENTES DO POVO BRASILEIRO

A terra

A base territorial de nossa nacionalidade como condição instrumental de seu povo e de suas instituições, apresenta certas características que contribuem para a existência de uma civilização brasileira, na América, não só distinta da civilização norte-americana mas ainda da civilização hispano-americana.

Trata-se de um território *uno*, considerado por alguns geólogos como o plano mais antigo do continente, o que explicaria a sua estabilidade, na consti-

tuição rochosa em profundidade, mas em contraste com uma relativa instabilidade na superfície.

Esse território apresenta, além disso, certas fronteiras naturais, que explicam até certo ponto a nota característica da nossa formação histórica, em contraste com o resto da América Latina, a *unidade*. Essas fronteiras são o Atlântico, os Andes, o Amazonas e o Prata. Oceano, montanha, floresta e rio formam como que uma moldura natural, dentro da qual se levanta o planalto mais sólido do continente, corrigindo, em grande parte, pela altura, a inclemência do clima tropical.

Trata-se, além disso, de um território vasto, que coloca o Brasil entre as nações marcadas pelo problema do espaço, não no sentido da exigüidade mas no da extensão, até agora escassamente povoado e criando problemas de comunicação extremamente importantes.

Apresenta-se, além disso, essa natureza física, sob aspectos variados, que, sem atentar contra a unidade fundamental, colocam o Brasil em zonas geográficas consideravelmente distintas umas das outras, como nação ao mesmo tempo tropical, subtropical e temperada, litorânea e sertaneja, de extrema fecundidade e extrema penúria, de territórios ainda não telúricamente formados, como tôda a região amazônica, de configuração geográfica tôda particular, onde domina a água; até vastas regiões onde a ausência desta é uma determinante das condições sociológicas.

Com tudo isso, representa essa base física uma natureza difícil, tanto em sua base geológica, quanto em sua flora e em sua fauna, exigindo do homem um esforço de adaptação considerável.

Esse conjunto de condições físicas naturais condiciona e explica, em grande parte, a unidade política de nossa história, seu espírito não-separatista, mas federativo, determinando as linhas gerais de sua política demográfica, imigratória, de transporte e de comunicações.

O homem

A miscigenação racial é um dado fundamental de todo o continente americano. Variam, porém, as modalidades de sua formação, que podemos reduzir a quatro: a euro-africana; a euro-indígena; a indo-européia; a euro-afro-indígena.

A primeira modalidade representa a mistura de sangue europeu e sangue africano. Apresenta-se sob duas modalidades principais: a do paralelismo, como nos Estados Unidos, e a da mestiçagem, como no Caribe.

A modalidade euro-indígena ocorre onde o hibridismo se processa entre ramos diferentes da raça branca, com poucos elementos africanos ou indígenas, como ocorre na Argentina, no Uruguai, no Chile, na Colômbia, na Venezuela.

A modalidade indo-européia é aquela em que o cruzamento com o homem branco se vem operando com predominância do elemento indígena, como no México, na Bolívia, no Paraguai, no Peru, na América Central.

Finalmente, temos o caso especial do Brasil, a que chamamos de triplice miscigenação, pois os três elementos — branco, negro e cobreado — ocorrem simultaneamente, embora em proporções diferentes, conforme as regiões do país. Temos, então, no Norte e no Nordeste a miscigenação indo-lusitana; no litoral e no Centro o domínio da combinação luso-africana, e no Sul o hibridismo luso-europeu ou luso-indígena, como no Uruguai ou na Argentina.

Se não há, portanto, uma raça brasileira, do ponto de vista biológico, existem, entretanto, certos elementos distintivos do homem brasileiro, dentro de uma variedade que corresponde às diferentes zonas de cultura em que se pode dividir a unidade nacional.

Psicologicamente também podemos registrar algumas características do homem brasileiro, que êle partilha em parte com a mentalidade latino-americana, em contraste com a da zona anglo-americana do continente.

Se quisermos resumir as características que nos parecem típicas da psicologia do povo brasileiro, fá-lo-íamos da seguinte maneira, em forma esquemática:

Primado do sentimento	sôbre a razão;
" "	teórico " o prático;
" "	geral " o particular;
" "	improvisado " o preparado;
" "	talento " o estudo;
" "	amadorismo " o profissionalismo.

Se quiséssemos, outrossim, aplicar um esquema de valores positivos e negativos, a certas características, fundamentais ou secundárias, do nosso povo, como elemento aferidor de uma orientação educativa, poderíamos igualmente traçar o seguinte esquema geral, no sentido naturalmente de incentivar as qualidades e corrigir os defeitos:

<i>Qualidades</i>	<i>Defeitos</i>
Espírito de conciliação	Superficialidade
Bondade	Imprevidência
Sentido doméstico	Inconstância
Amor da cultura	Amadorismo
Facilidade de aprender	Precocidade exagerada
Polidez	Sentimentalismo
Docilidade	Impaciência
Habilidade	Fragilidade orgânica

Dessas indicações relativas ao homem brasileiro em geral, podem ser tiradas algumas conclusões para uma política demográfica. A miscigenação não é um mal. O mal é o separatismo racial, o racismo e as discriminações econômico-raciais.

A desnutrição do nosso povo é um fato e mesmo um dado primacial de toda a política demográfica racional em nosso país. Daí uma política agrária e sanitária indissolúvelmente ligada à educação de base e à campanha contra o analfabetismo. Não é possível dissociar, no homem, a parte psíquica e a parte física. Não se educa um povo faminto.

A quantidade, por sua vez, é um fator de seleção. De modo que, para nos anteciparmos ao problema da superpopulação — embora os nossos ainda sejam os do subpovoamento —, impõe-se uma política de mecanização da lavoura, de crédito agrícola, de cooperativismo e comunitarismo rural, de habitação e de estradas, já que nos campos estão ainda concentrados mais de 50% de nossa população.

Sendo a imigração, outrossim, um enriquecimento, especialmente do ponto de vista técnico-profissional, representa ainda um fator positivo nessa política demográfica a longo prazo, que o futuro nos impõe.

As instituições

As instituições representam os diferentes grupos sociais através dos quais o homem procura atingir, pela sociedade, a expansão de sua personalidade.

Há civilizações de tipo predominantemente institucional. E outras de tipo predominantemente individual. Há mesmo regimes em que a hipertrofia das instituições oprime o surto livre do ser humano. E outras em que o abuso do individualismo prejudica o desenvolvimento normal e necessário das instituições.

Para ficarmos apenas no nosso caso nacional e para tomarmos, quando muito, como comparação outro tipo de civilização americana, a dos Estados Unidos,

podemos dizer que seguimos curvas de desenvolvimento exatamente opostas. Enquanto êles partiram da supremacia do elemento individual sôbre o elemento institucional e hoje, pelo contrário, subordinaram o seu individualismo tradicional a um crescente institucionalismo, conosco ocorre o oposto. Partimos de um tipo de colonização em que as instituições — o Estado, a Igreja, a Família, o Exército, a Escola, os Monopólios — tinham uma incontestável supremacia sôbre o indivíduo, para um tipo de independência nacional e individual, em que o impacto do privatismo forçou uma primazia oposta. A tendência libertária se veio impondo gradativamente e até se excedendo, contra a tendência autoritária primitiva. Tôdas as tentativas de restauração do autoritarismo têm malogrado.

Essa linha evolutiva de nossa história político-social merece tôda a atenção. Nela assenta a objetividade do humanismo brasileiro, como marca fundamental de nossa cultura e de nossa civilização. Mas ao mesmo tempo indica os pontos frágeis dessa evolução. É uma tendência a estimular, embora como sempre exigindo a ação das forças de equilíbrio para não se extrapolar. A própria virtude é uma proporção. Não é um extremo.

Essa humanização crescente de nossas instituições poderia ser estudada em cada um dos nossos grupos sociais fundamentais. A formação do espírito democrático, ao longo de nossa história, poderia bem ilustrar essa lei geral de nossa evolução sociológica.

De uma democracia colonial empírica, que surge timidamente nas cidades, entre a casa grande e a senzala, como tão bem o estudou NÉLSON OMEGNA no seu livro *A Cidade Colonial*, em um ambiente de autocracia dominante, passamos à democracia imperial, do poder concentrado mas constitucional e de censo alto. Daí evoluímos para a democracia republicana, que vem passando do tipo liberal ao tipo social, através do fenômeno atualíssimo da participação crescente do povo no govêrno, com o duplo fenômeno concomitante da ascensão das massas e da responsabilidade das elites.

São forças positivas, a serem estimuladas para a formação de um humanismo democrático brasileiro, ameaçadas, entretanto, pelas forças negativas de um antiinstitucionalismo ou de um institucionalismo exagerado (totalitarismo), contra as quais se impõe uma constante vigilância.

Extremamente esquematizadas são essas as linhas gerais do que poderíamos chamar os interesses permanentes do povo brasileiro. Apliquemos a êsse quadro geral aquelas três forças de conservação, de progresso e de equilíbrio, que formam a organicidade dinâmica de uma nacionalidade.

Aspirações do povo brasileiro *Conservação*

Se estabelecermos uma rigorosa diferenciação entre tradição e rotina, vendo na primeira uma força positiva e na segunda uma força negativa, podemos dizer que é tão perigoso para um povo sacrificar o progresso à tradição, como será sacrificar esta àquele. Não há verdadeiro progresso sem continuidade com o passado. Mesmo as revoluções mais violentas, que pretendem romper radicalmente com o passado, acabam restaurando os laços de continuidade partidos e fazendo uma distinção entre o que deve ser conservado e o que merece ser eliminado.

Se aplicarmos êsse esquema ao nosso caso brasileiro, diríamos que os grandes valores nacionais a defender, como objetivos permanentes de uma política nacional e de uma cultura nacional realmente objetivas e sadias são as seguintes:

- 1 — a unidade nacional;
- 2 — a autonomia regional;
- 3 — as características psicológicas;
- 4 — a língua;

- 5 — o amor da cultura;
- 6 — a família;
- 7 — as virtudes morais;
- 8 — a fé cristã.

Cada um desses tópicos mereceria naturalmente um estudo à parte. Ai estão apontados numa seqüência de ordem política (1 e 2), cultural (3 a 5) e moral (6 a 8). São valores tradicionais e positivos, que precisam ser conservados mas constantemente renovados e enriquecidos.

Progresso

Êsses elementos de continuidade social ficariam incertos e constituiriam um pêso morto, se não fôsem vitalizados pelos elementos de dinamismo social, que se projetam para o futuro. Entre êles podemos mencionar os seguintes:

- 1 — A efetivação crescente do regime democrático;
- 2 — A prosperidade econômica que se baseia, por sua vez, em algumas condições fundamentais, como sejam:
 - a) a justiça social com a realização das reformas básicas de tipo eleitoral, agrário, administrativo, bancário, fiscal;
 - b) a eficiência do trabalho e sua dignificação e participação crescente na vida econômica e política;
 - c) a moralidade pública e particular;
 - d) a luta contra a instabilidade monetária e o subdesenvolvimento.
- 3 — A organização do aparelhamento técnico industrial;
- 4 — A disseminação popular da cultura, de base técnica, média e superior.

Equilíbrio

Na elaboração e na prática de uma política nacional de longo alcance não basta pôr em prática as forças estáticas e dinâmicas, — de preservação do que há de bom em nosso passado, isto é, das linhas de força de nossa história, e de projeção para o futuro, nesta fase universal de transição de civilização em que o mundo se encontra. É necessário um fator intermediário e supereminente a essas duas tendências, para que suas direções contrárias — uma voltada para o passado e a outra para o futuro — não se dissociem ou entrem em choque. Essa terceira força é que chamamos de força de proporcionalidade ou de equilíbrio. E constitui a sabedoria prática dos homens de govêrno e das elites de todos os grupos sociais. É o conjunto de virtudes que os filósofos chamam de *prudenciais*, pois visam aplicar os princípios gerais aos casos particulares.

Acreditamos ser êsse espírito de equilíbrio uma das vigas mestras de nossa civilização. Manifesta-se ela na linha de força político-social dominante em nossa história, que é a evolução incruenta de nossas instituições. Essa nota distingue a nossa história entre a das nações latino-americanas e constitui o traço porventura mais típico do humanismo brasileiro. É um problema que afeta, simultaneamente, a personalidade do homem brasileiro e a natureza de nossas instituições nacionais.

Nos dias que correm, solicitado por polarizações cada vez mais agudas e contraditórias, êsse espírito de moderação e de sabedoria política é uma virtude cívica a cultivar cada vez mais e uma linha de evolução típica da nacionalidade a preservar.

Trata-se de uma inclinação natural de nossa gente e de nossa história, mas que exige uma luta constante contra tendências contrárias, agravadas últimamente pelas condições dominantes no momento histórico universal que estamos atravessando.

No plano político, por exemplo, a manutenção dessa linha de equilíbrio exige uma vigilância constante contra os extremismos e contra o cepticismo jurídico, tanto uns quanto outro provocados, igualmente, pela ação exagerada das forças estáticas que predominam em nossa vida política.

No plano da economia, essa linha moderadora deve ser mantida, contra três tendências contrárias — a da rotina, a da especulação, a do desperdício. Cada uma delas tem atuado em nossa história econômica, ou no sentido de uma estática exagerada ou de um dinamismo desarticulado.

No plano da cultura, essa força orgânica deve atuar para corrigir exageros do nacionalismo xenófobo e do cosmopolitismo mimetista.

No plano moral, sua ação é a de superar a tendência a perigosos atavismos, como por exemplo a condição inferior da mulher ou a inclinação contrária, da corrupção dos costumes pela falta de tenacidade e de consistência nos princípios éticos.

Mesmo no plano político internacional nossa posição tradicional é a de mediadores entre a América Latina e a América Inglesa. Assim como deve ser a da preservação da nossa tendência mais realista, contra o continentalismo e o imperialismo.

Fôrças negativas

Quanto às forças negativas de inércia, de decadência e de opressão, já se acham consideradas, de certo modo, naquelas tendências que acima examinamos e que entorpecem a ação das forças progressivas ou de conservação. Pois essas forças negativas derivam, geralmente, de uma hipertrofia das forças estáticas ou dinâmicas. O excesso de dinamismo descontrolado — como por exemplo o desenvolvimento de nossa industrialização, sem o correspondente desenvolvimento de nossa agricultura — redundando num falso progresso e, portanto, numa involução. A crise atual de nosso crescimento é produto, em grande parte, de um dinamismo descontrolado. Como o perigo de uma ruptura das relações de harmonia entre os poderes constituídos da República, com sacrifício da ordem constitucional democrática, resulta de uma hipertrofia do espírito estático ou conservador, opondo-se as reformas de base ou protelando-as indefinidamente. O progresso deve ser lento para ser seguro, mas não tão lento que provoque o desencadeamento de forças de transformação social violenta. É justamente para assegurar a complementariedade funcional entre dois tipos de forças positivas, e contra a ação das forças negativas, que se impõe no século um espírito moderador republicano e democrático, que combine a ascensão das massas com a responsabilidade das elites, no mundo em vias de transformação social acelerada, como aquele em que vive o século XX, como no século XIX o poder moderador da Coroa equilibrou as duas tendências, conservadora e liberal, representada pelos dois grandes partidos dominantes, que garantiu ao Brasil, no século passado, sua unidade e sua continuidade.

É o que temos de fazer, analogicamente, no século XX, com vistas ao Brasil do futuro.